

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.002

# A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLARIZAÇÃO COMUM: CAMINHOS EM BUSCA DE UMA PROPOSTA INCLUSIVA

*HAVESKILL FRANÇOIS ALVES RODRIGUES*

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, [haveskillfrancois@email.com](mailto:haveskillfrancois@email.com).

## RESUMO

No presente artigo objetivamos apresentar uma reflexão acerca da in(ex)clusão da pessoa com deficiência intelectual no contexto educacional brasileiro. Por meio de um diálogo entre os contextos mais genéricos da historicidade da educação pública brasileira, compreendemos que aspectos para além das condições patologizantes dessa categoria de deficiência têm contribuído com a in(ex)clusão intelectual do grupo de pessoas que se enquadram nesse contexto social. Apoiados nos estudos sociais da deficiência associados à referências da historicidade brasileira, partimos do pressuposto de que em virtude da tardia institucionalização da educação popular, somada a fatores de exploração e perpetuação da ordem vigente que ainda persistem em coexistir nas salas de aula brasileiras, a escola se comporta como instrumento dicotômico de in(ex)clusão intelectual e social das pessoas com deficiência intelectual. Algo que torna o tema aqui levantado relevante para a nossa sociedade, sobretudo por se tratar de um direito constitucionalmente garantido à todos os brasileiros. A nossa análise concluiu que ao mesmo tempo em que estereótipos capacitistas sobre a deficiência intelectual ainda sejam recorrentes tanto nas políticas públicas como nas salas de aulas brasileiras, é possível perceber alguns gritos inclusivos relativos a avanços tanto nas políticas públicas quanto em práticas docentes que efetivamente promovam o desenvolvimento do conhecimento escolar com/de pessoas com deficiência intelectual no ambiente escolar, sobretudo por meio de ações desenvolvidas e/ou apoiadas pelo atendimento educacional especializado.

**Palavras-chave:** Deficiência Intelectual, Educação Especial, Educação Inclusiva, AEE, Educação e Deficiência no Brasil

## INTRODUÇÃO

---

É público que na atualidade as pessoas com deficiência intelectual - PcDI<sup>1</sup> são detentoras do direito à educação escolarizada nas salas de aula comuns do Brasil, sobretudo com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 1988;1996; 2008). Essa realidade não se apresenta de forma isolada, tão pouco de forma repentina, é fruto de um processo sócio-histórico e econômico em que interesses e disputas somam-se a outros fatores que contribuíram (in)diretamente para que esse grupo social ainda vivencie uma dualidade entre aquilo que denominamos “Gritos Inclusivos” (RODRIGUES, 2022) e uma “Pedagogia de Negação” (BATISTA; MANTOAN, 2007; GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; VERDE; POULIN; FIGUEIREDO, 2010).

Quando se trata do processo de escolarização das PcDI, pesquisas vêm apontando que esse grupo social aparece como a minoria pertencente ao grupo das pessoas com deficiência que mais sentem as sequelas ocasionadas pela estereotipação e preconceito sobre as suas capacidades, especialmente de aprendizado (GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; GLAT; 2019; VIGOTSKI, 2022). Desse modo, o discurso preconceituoso coloca em xeque garantias constitucionais estendidas a todos os cidadãos brasileiros (BRASIL, 1988), pois se referem ao bem de todos estes sem distinções ou preconceitos. No presente artigo, voltamos a nossa atenção exclusivamente aos aspectos que envolvem a negação e/ou tentativas de efetivação prática do direito à educação às pessoas com deficiência intelectual.

Partimos do pressuposto de que em virtude da tardia institucionalização da educação popular, somada a fatores de exploração e perpetuação da ordem vigente que ainda persistem em coexistir nas salas de aula brasileiras, a escola se comporta como instrumento dicotômico de in(ex)clusão intelectual e social das pessoas com deficiência intelectual. Os resquícios desse processo sócio-histórico e econômico nos levou a compreender a relevância do presente estudo sobretudo para que o mesmo possa contribuir com a elaboração de políticas públicas, bem

---

1 No presente texto faremos uso também da Sigla PcDI para tratar das pessoas com deficiência intelectual, bem como nos ateremos aos postulados conceituais da Associação Americana de Deficiências Intelectuais que compreende a deficiência intelectual como sendo “uma deficiência caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que abrange muitas habilidades sociais e práticas cotidianas. Essa incapacidade tem origem antes dos 22 anos” (AAIDD, 2021, “sp”).

como de metodologias que possibilitem uma efetiva inclusão social e intelectual dessas pessoas.

Ressaltamos que, em virtude das normas do respeitável periódico, trouxemos um recorte de uma análise teórico-crítica desenvolvida em um capítulo teórico integrante de dissertação de mestrado, de nossa autoria, defendida em universidade pública brasileira, sob o título POR QUE NINGUÉM ME ENSINA A LER? Eventos e práticas de letramento de pessoas com deficiência intelectual em dissertações do Catálogo CAPES. Destacamos ainda que o escopo original está integralmente disponível no capítulo da referida dissertação intitulado ***"DO SILÊNCIO DO ABANDONO AO GRITOS INCLUSIVOS: a construção sócio-histórica do aluno com deficiência intelectual no Brasil"***<sup>2</sup> (RODRIGUES, 2022).

Já mencionamos acima que a educação escolarizada é uma garantia constitucional entendida juridicamente como sendo um direito social (FERREIRA FILHO, 2012). No entanto, historicamente, a escola brasileira enquanto estabelecimento oficial de desenvolvimento do conhecimento formal (BRASIL, 1998;1996), sofre por parte das estruturas de poder que a legitimam e financiam as pressões dos interesses econômicos, sociais e políticos vigentes dentro de sua contemporaneidade (SAVIANI,2019). É possível depreendermos a partir da reflexão acima que a educação escolarizada é refém de uma variável hierarquização do modelo de sociedade vigente a partir dos interesses das classes dominantes, atualmente do (neo)liberalismo econômico. Dito isso, estudiosos sociais da educação vêm nos alertando que a escola recorrentemente tem se apresentado a serviço das estruturas que dominam a sociedade (FREIRE, 2006; JANNUZZI, 2012; STREET, 2014), e, no caso específico do nosso país, especialmente "ao interesse elitista brasileiro" (JANNUZZ, 2012, p. 6).

Todavia, esses estudos também mostram que a educação escolarizada também pode se subverter aos ditames da exploração e das desigualdades ocasionadas pela exploração, sobretudo das minorias sociais (FREIRE, 2006; STREET, 2014), como é o caso das pessoas com deficiência. Os referidos autores entendem que são por meio de mudanças nas práticas pedagógicas que surgem as condições que possibilitam transformações nas esferas econômicas, sociais e políticas. Comungando as perspectivas acima, podemos ratificar que a escola pode ser

---

2 Uso do itálico para destacar a autoria da pesquisa originária.

também um espaço de transformação e inclusão social para além da ratificação dos grupos elitistas que gerem a sociedade.

Diante desse entendimento e com objetivo de compreender como tem se dado a in(ex)clusão da pessoa com deficiência intelectual no contexto educacional brasileiro, realizamos uma síntese crítica acerca do percurso sócio-histórico e econômico que relaciona contextos mais genéricos da historicidade brasileira e de sua educação com a deficiência intelectual por intermédio de recortes específicos de um diálogo entre os contextos mais genéricos da história da educação brasileira com as movimentações em prol das causas da pessoa com deficiência em nosso país. A nossa análise se deu procedimentalmente através de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) que serviu de fundamentação teórica tanto para a realização da pesquisa que originou o presente manuscrito. Nosso escopo foi composto a partir de um conjunto de referenciais da historicidade brasileira e das pesquisas sociais em educação, bem como das pesquisas sociais e histórico-culturais sobre a deficiência.

Os nossos esforços relativos à presente investigação nos apontaram que os resquícios oriundos do capacitismo e das teorias racistas disseminadas no Brasil desde a chegada dos portugueses no século XVI contribuíram para que ainda haja uma recorrência de práticas excludentes nas salas de aula brasileira relativas às pessoas com deficiência intelectual. Ao mesmo tempo, o nosso aporte teórico demonstrou que, ao mesmo tempo, gritos inclusivos vêm se propagando no país ao longo desse processo histórico, sobretudo influenciados pelos interesses do (neo)liberalismo em manter a ordem e a exploração de mão de obra na sociedade vigente, mas também pela incansável luta dos movimentos sociais das pessoas com deficiência.

Movimentos complexos, mas que se entrelaçam como fatores que irão contribuir diretamente com a Implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e que irão contribuir com indícios de in(ex)clusão intelectual e social das PcDI, sobretudo a partir das mediações desenvolvidas no âmbito do atendimento educacional especializado, como veremos a seguir.

## **DO ABANDONO SILENCIOSO AOS GRITOS INCLUSIVOS: RECORTES REFLEXIVOS SOBRE OS CONTEXTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Iniciamos a nossa síntese crítica ratificando que, genericamente, há um alinhamento entre os fatores de in(ex)clusão instrucional/educacional e social

das pessoas com deficiência com as complexidades inerentes também à relação entre a escolarização e os modos de produção e organização social da sociedade (JANNUZZI, 2012). Atentos especificamente aos fatores de in(ex)clusão das pessoas com deficiência e esclarecendo que não foi objetivo do presente estudo esmiuçar toda a pluralidade de eventos que envolvem as lutas pela inclusão das pessoas com deficiência, tão pouco tentar debulhar o complexo contexto da historiografia brasileira, concentramo-nos em analisar alguns específicos eventos que, de forma sintética nos permitiram alcançar o arcabouço teórico necessário para desenvolvermos criticamente a nossa análise sobre o nosso objeto.

Ante o exposto, a nossa análise perpassou por três recortes periódicos necessários, os quais denominamos: O silêncio: o período de abandono educacional das pessoas com deficiência no contexto brasileiro (Século XVI ao Século XVII); *O murmúrio: indícios de institucionalização instrucional para as pessoas com deficiência (Século XVIII ao Século XIX)*; *Os gritos pedagógicos inclusivos: movimentos sociais e a política de educação especial (Século XX ao XXI)*<sup>3</sup>.

O primeiro recorte que analisamos corresponde ao período correspondente entre os séculos XVI e XVII. Em nossa pesquisa originária o denominamos como, *"O silêncio: o período de abandono educacional das pessoas com deficiência no contexto brasileiro"*. Esse primeiro recorte está diretamente ligado à chegada dos europeus as terras ocidentais que hoje chamamos de Brasil. Reconhecemos desde já a limitação da nossa abordagem por não trazer para a discussão desse escopo questões sobre o período anterior à chegada dos portugueses dado ao fato de que nos atemos ao ensino estabelecido no âmbito escolar.

A partir dos postulados de Saviani (2019) sobre a educação brasileira e dialogando com autores da historicidade brasileira em âmbito mais geral, entendemos que a chegada dos portugueses, no século XVI, trazendo consigo a presença dos oito missionários franciscanos, seguida dos eventos que deram com as das missões jesuíticas que se deram, essencialmente, com os povos originários do Brasil, são fortes indícios de que o catolicismo ocupou papel relevante nos episódios relativos à instrução educacional elementar que ocorreram já no período de colonização (PONCE, 2001; FAUSTO, 2006). Mediante o apoio direto da coroa portuguesa em fazer uso da força de trabalho dos povos indígenas brasileiros, o processo de

3 Utilizamos os termos em itálico para identificar facilitar a identificação dos subtítulos que utilizamos em nossa pesquisa originária.

submissão e exploração das pessoas que já estavam aqui se deu também pela (in) formação instrucional desenvolvida pela igreja em forma de alienação catequizante.

O foco da educação missionária católica não voltou os seus olhos para outros grupos sociais no que tange ao aprendizado, apesar de já ser possível constatar por meio desses relatos um esboço de um sistema educacional no período colonial (SAVIANI, 2019; JANNUZZI, 2012). No período que se deu entre 1549, período heroico, ao período de vigência do *Ratio Studiorum*, que vigorou entre os anos 1570 à 1579, as missões catequéticas estava atentas em propagar ideologicamente os interesses da coroa portuguesa, bem como a formação daqueles que seriam os representantes aristocratas da colônia, também das investidas da igreja católica em expandir e/ou manter a sua supremacia através da contra-reforma.

Mesmo com a introdução das capitâneas hereditárias, da produção canavieira, e com a introdução da mão de obra escravizada negra (FAUSTO, 2006), não houve mudança significativa desse contexto educacional, pois aos negros escravizados era negada a instrução e aos filhos dos aristocratas era oferecido o ensino privado domiciliar até o momento em que os mesmos partiam em viagem para aprofundamento dos estudos no exterior. Diante dos relatos apresentados acima, podemos compreender que não coube aos responsáveis pela instrução formal missionária eurocêntrica-branca massificar o ensino para outros grupos, tendo em vista que os grupos dominantes desse período estavam focados em explorar a mão de obra dos povos indígenas, garantir a manutenção da aristocracia nascente na colônia.

Prosseguindo ao século XVII, o temor do fim do Antigo Regime e a efervescência da ascensão burguesa começa a desembarcar no Brasil trazendo consigo a influência do liberalismo, algo que interferiu diretamente no contexto produtivo e por consequência na esfera social e educacional (FAUSTO, 2006). Especialmente no contexto brasileiro sobre as pessoas com deficiência, de modo geral nos séculos XVI e XVII, estavam destinadas ao abandono ou no máximo à segregação. Tanto é que registros históricos denunciam que o Governador do Rio de Janeiro, Paes de Sande, rogou providências à coroa portuguesa “contra os atos desumanos de se abandonar crianças pelas ruas, onde eram comidas por cães, mortas de frio, fome e sede” (MARCILIO, 1997, p. 59 *apud* JANNUZZI, 2012, p. 8).

Todas as evidências acima nos permitem entender que as manifestações pedagógicas desenvolvidas no Brasil entre os séculos XVI e XVII estavam presas às concepções eurocêntricas econômico-religiosas, sendo estas formas de ratificação da sociedade vigente (PONCE, 2001) e que, por sua vez não apresentavam



um caráter crítico e emancipativo de toda a população da colônia. Os eventos mencionados acima indicam a impossibilidade de qualquer investida para que se desenvolvesse alguma política pública no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência no processo instrucional vigente. Por esses motivos, consideramos esse recorte da História do Brasil como um período de total silêncio educacional para as pessoas com deficiência de um modo geral e conseqüentemente para as PcDI.

O segundo recorte histórico que nos ativemos se trata do período vigente entre os séculos XVIII e XIX, ao qual denominamos em nossa pesquisa como *“murmúrio: indícios de institucionalização instrucional para as pessoas com deficiência”*. Ao analisarmos esse período em um contexto mais geral da sociedade e do processo de escolarização da população brasileira, precisamos chamar a atenção para as transformações oriundas das primeiras fases do capitalismo industrial brasileiro no Brasil, sobretudo influenciadas pelo liberalismo econômico, que por sua vez estava associado às ideias racionalistas e ideais iluministas (JÚNIOR, 1970; FAUSTO, 2006; SAVIANI, 2019).

Através dos referenciais que investigamos ao longo de nossa pesquisa, foi possível perceber a relevância de um personagem de bastante respaldo tanto na Metrópole quanto na Colônia no processo de rendição dos portugueses ao liberalismo, o Marquês de Pombal. As mudanças impostas pelas suas reformas possibilitaram uma série de transformações na esfera educacional. Sobre alguns recortes das ações do Marques de Pombal, destaca Saviani (2019, p. 103), “a criação de aulas régias de primeiras letras, à racionalização das aulas de gramática latina, grego, retórica e filosofia”.

Também são atribuídas ao Marques de Pombal a expulsão dos jesuítas, a ascensão da empiria, aulas do comércio e instauração do colégio dos nobres para que os filhos da burguesia pudessem receber formação específica que os possibilitasse se integrar ao novo modelo de sociedade mercantilista (SAVIANI, 2019). Jannuzzi (2012) demonstra que é exatamente na transição entre os séculos XVIII e XIX que surgem as primeiras manifestações de cuidado, por parte do Estado, destinada às pessoas fora dos padrões de normalidade vigente, entre elas as pessoas com deficiência. É válido esclarecer que as instituições mencionadas pela referida autora apresentam segundo os seus dados um caráter voltado mais para o acolhimento e apresentavam estrutura organizacional com um caráter essencialmente hospitalar e sanitarista.

Os eventos referidos por Jannuzzi ainda esclarecem que algumas destas instituições já eram presentes no Brasil desde o século XVI e abrigavam doentes e crianças abandonadas. Ou seja, não eram propriamente escolas, como as casas de Expostos (JANNUZZI, 2012). Nesse mesmo ambiente eram inseridas as pessoas com deficiência que, segundo a referida autora, passavam a conviver em um mesmo espaço com pessoas que tinham diferentes patologias, de diferentes faixas etárias, sem haver nenhuma distinção de espaço ou acompanhamento específico.

Os registros mencionados por Jannuzzi (2012) quando relacionados aos contextos da sociedade vigente no século XVIII, demonstram que o interesse do Estado estava voltado especificamente em segregar as pessoas com deficiência e algumas outras minorias no intuito de assegurar o convívio social dentro dos padrões normalistas da sociedade capitalista pautada na propagação dos valores do iluminismo e do liberalismo. Havia uma preocupação na (re)adequação da elite ao novo modelo de sociedade que se estabelecia ao redor do mundo e que tinha por objetivo específico no Brasil assegurar a exploração econômica do território, da mão de obra e do controle social (JÚNIOR, 1970).

Constatamos por meio do trabalho de Jannuzzi (2012) que há nesse período apenas um murmúrio de recolhimento do convívio social e que não condiz em sua essência com intervenções pedagógicas, tão pouco inclusivas. Cabia a educação preparar a colônia para a (re)adequação à manutenção do capitalismo e nesse contexto as pessoas com deficiência não eram compreendidas como força produtiva, no máximo eram vistas como obstáculo para os novos ideais da elite aristocrática da colônia (JÚNIOR, 1970; FASUTO, 2006).

A chegada da coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, provocou uma série de transformações que resvalaram na instrução pública do Brasil. Pensando em suprir os anseios da corte a coroa portuguesa, de início com mudanças que vão desde a urbanização, principalmente no Rio de Janeiro, como também se movimentou para o processo de industrialização (JÚNIOR, 1970; FAUSTO, 2006). Porém, é só mais adiante, ainda sob o mencionado contexto de instabilidade econômica e também social, que após a Independência do Brasil, foi criada a “primeira lei de educação do Brasil independente” (SAVIANI, 2019, p.126), a Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de “Escolas de Primeiras Letras” (SAVIANI, 2019, p.126).

De acordo com Saviani (2019), a referida lei buscou imprimir valores morais e cívicos ao jovem Estado brasileiro para que assim houvesse a possibilidade de sanar as instabilidades herdadas da herança colonial por meio do controle dos



grupos sociais. Como exemplos da iniciativa do Estado em utilizar a escolarização como método de controle social nesse período foi a implementação do método Lancaster e instauração das Escolas de Primeiras Letras. Ambas as iniciativas fracassaram do ponto de vista prático, o que impossibilitou uma sistematização do ensino público no Brasil. Algumas reformas pautadas no ensino da corte, como a reforma de Couto Ferraz, a reforma de Leôncio de Carvalho ambas datadas da segunda metade do século XIX, contribuíram para que fossem propagadas as concepções de higienismo prevaescentes até mesmo nos primeiros anos da República (JANNUZZI, 2012; SAVIANI, 2019).

Aferimos que, nos primeiros anos do Século XIX, devido à tentativa de uma sistematização e massificação educacional direcionada aos grupos minoritários com objetivo de controlar ou excluir do convívio social as minorias, possivelmente PcDI também foram inseridas nessas instituições. Provavelmente pelo fato de que na impossibilidade de criá-las, os pais ao invés de abandoná-las pelas ruas, algo recorrente no século anterior (JANNUZZI, 2012), optassem pela tentativa de uma (re)adaptação dessas pessoas ao convívio social ou de novamente de guarda segura para as mesmas.

Um dado que aponta para isso são os registros de religiosas que chegaram em algumas províncias e que tinham como atribuição administrar e cuidar das crianças deixadas nesses locais (JANNUZZI, 2012). Nesse caso, para aquelas crianças com deficiência, desde que houvesse uma condição de (re)adequação, em salas separadas das demais, "havia a possibilidade de não só serem alimentadas como também de receberem alguma educação" (JANNUZZI, 2012, p. 8). A separação tinha por objetivo não atrapalhar o andamento da normalidade de aprendizado das crianças vistas dentro do padrão de desenvolvimento intelectual da época. Ou seja, uma forma de educação integrada.

Seguimos com a observação dos fatos que se dão na segunda metade do século XIX, período que marca a criação de duas das instituições mais relevantes nesse percurso sócio-histórico da educação das pessoas com deficiência. Estamos falando da criação em 1854 do Imperial Instituto de Meninos Cegos, atualmente instituto Benjamim Constante – IBC e, em 1857, a criação do Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Surdos – INES. Chamamos a atenção para a ausência nesse momento de instituições educacionais no Brasil que se voltassem a essencialmente a instrução escolarizada outras categorias de deficiência, como é o caso da deficiência intelectual.

Alguns fatores são trazidos por Jannuzzi (2012) na tentativa de compreender o desenrolar do pioneirismo dessas duas instituições educacionais. Devido às exigências do presente manuscrito nos detivemos sinteticamente à aspectos específicos. No caso do IBC, o fato de um médico ligado ao Imperador ser pai de uma menina cega contribuiu diretamente para que o mesmo, José Francisco Xavier Sigaud, pudesse ter acesso ao conhecimento de experiências vivenciadas pelo Instituto de Jovens Cegos de Paris e convencer o império subsidiar ambos os institutos.

Porém compreendemos em nossas análises que o fator acima elencado não pode ser visto de forma isolada, tendo em vista que havia uma preocupação com a (re)adequação da sociedade para que se pudesse combater as instabilidades ocasionadas pelos conflitos sociais, bem como a garantir a exploração da produtividade das minorias, a deficiência auditiva e a deficiência visual, aparentemente poderiam ser compreendidas como mais sucessivas à (re)ajustes adaptativos de cunho social e produtivo.

Os dados de Jannuzzi (2012), demonstram que nas duas instituições acima citadas, o aprendizado estava muito direcionado ao ensino de práticas produtivas mecanizadas e repetitivas. Os fatos mencionados acima apontam que a influência das iniciativas francesas, principalmente atreladas à uma vertente médico-pedagógica<sup>4</sup> favoreceu o pioneirismo escolar das pessoas com deficiência visual e com deficiência auditiva enquanto que as demais categorias de deficiência permaneciam mais uma vez a margem do conhecimento escolarizado.

As experiências da psicologia experimental, principalmente influenciadas pelos estudos de Alfred Binet, permitiram que a vertente psicopedagógica ultrapassasse o século XIX instigando estudos e práticas pedagógicas que focavam a sua atenção sobretudo em quantificar a capacidade intelectual dos seres humanos. Esse fator, somado às instabilidades do governo brasileiro fizeram com que a educação fosse vista como uma questão de saúde pública que afetava diretamente a manutenção da sociedade vigente.

Tanto é que o pensamento por parte do governo central era o de que “a saúde e a educação são os fatores que, juntos, poderão regenerar o país” (JANNUZZI, 2012, p. 30). Daí o enraizamento estereótipos depreciativos acerca da deficiência intelectual - “incapazes”, “débeis mentais”, “retardados” - pois a mesma era compreendida

---

4 Para maiores esclarecimento acerca do que foi a vertente médico-pedagógica indicamos o trabalho de Jannuzzi (2012).

como alinhada a “problemas básicos de saúde” (JANNUZZI, 2012, p. 31). Só a partir da segunda metade do século XIX é que foi dado o início às intervenções que se voltavam as primeiras iniciativas de instrução para as pessoas com deficiência intelectual, sobretudo realizadas nos Pavilhões Bounerville (JANNUZZI, 2012).

O específico contexto educacional acima referenciado também não pode ser interpretado de forma maniqueísta, pois ao mesmo tempo em que esses estudos contribuíram para a criação de estereótipos negativos a respeito da capacidade das pessoas com deficiência intelectual, também marcaram o início de alguma tentativa, ainda em caráter experimental e segregacionista, mas que já apresentava possibilidades de desenvolvimento educacional a partir da transição para uma nova vertente que já recebia o apoio de outros profissionais como os pedagogos, o que nos permite dizer que esta estrutura, mesmo não oficializada dessa forma, pode ser compreendida como uma experiência das primeiras equipes multidisciplinares (JANNUZZI, 2012) que atuam no atendimento educacional especializado.

A partir dos contextos apresentados pelo nosso referencial teórico podemos inferir que o começo da institucionalização do ensino público no Brasil ocorreu no século XIX com o principal objetivo de controlar as instabilidades sociais e (re) produzir a mão de obra necessária ao processo tardio de modernização do país na sociedade industrial. E é sob esse pano de fundo que a educação das pessoas com deficiência intelectual começa emitir os primeiros murmúrios, diretamente influenciados sob a perspectiva médica, apoiada posteriormente pelos pedagogos e psicólogos, que se colocou como pioneira nos processos relativos à instrução das PcDI.

Chegamos então ao terceiro e último recorte que realizamos sobre a historicidade que envolve o processo de in(ex)clusão social e das pessoas com deficiência intelectual. O denominamos como **“Os gritos pedagógicos inclusivos: movimentos sociais e a política de educação especial”**. Esse período corresponde aos eventos que decorreram entre o século XX e o início do século XXI. Um período que carrega em seu início as marcas de um golpe liderado pela elite empresarial agrícola brasileira, associada aos militares, e que possibilitou a proclamação da república no país (GERMANO, 1994). Mais uma vez uma nova conjuntura emerge trazendo consigo novos interesses para o novo modelo de elite que se instaura no Brasil, a elite empresarial brasileira.

Entre as mudanças estruturais do país, destacamos a intensificação da urbanização e a modernização da indústria (FAUSTO, 2006; NAPOLITANO, 2016).

Novos atores se destacam no projeto hegemônico instaurado pela elite empresarial e reproduzido inicialmente pela administração militar, sobretudo nos primeiros anos da república. Entre esses atores podemos destacar Lourenço Filho, educador alinhado com o Estado Novo, que atuou como um dos signatários representantes do governo no Movimento dos Pioneiros da Educação (SAVIANI, 2019).

De um país que buscava hegemonia, advém a preocupação em introduzir um processo de massificação da educação, destacando nesse processo a ratificação ideológica da moral e do civismo, em via de combater as velhas instabilidades sociais herdadas do velho Brasil colonial, mas que ainda não tinham sido solucionadas, mesmo com a independência e a proclamação da república (FAUSTO, 2006; NAPOLITANO, 2016; SAVIANI, 2019). Os autores em que nos pautamos destacam como exemplo a criação do Ministério da Educação em Saúde Pública durante o governo Vargas, nos anos 1930, e que foi bastante influenciado pela Escola Nova.

Em uma primeira análise desses eventos, é possível perceber que o início da República, a elite empresarial brasileira tenta estabelecer seus padrões de sociedade. Consequentemente, fez uso de categorizações para diferenciar grupos minoritários, entre estes as pessoas com deficiência. Fazendo um a associação entre os postulados de Jannuzzi (2012) e Saviani (2019), elencamos algumas dessas categorizações voltadas às pessoas que não se enquadravam ao modelo da sociedade empresarial militar: os marginais, que se tratavam daqueles que se opunham ao regime imposto ou que de alguma forma promovessero a desordem e/ou instabilidade social; os anormais, consistia em uma nomenclatura utilizada para categorizar aqueles que por meio do entendimento médico eram vistos como fora dos padrões de normalidade sanitária e intelectual, podendo ser considerados úteis, quando adaptáveis ao mercado de trabalho, ou inúteis quando considerados inaptos para servirem ao Estado como mão de obra.

Prosseguindo com a nossa reflexão acerca dos contextos acima, compreendemos que os primeiros governos da república brasileira tentaram utilizar a educação como instrumento de controle e exclusão social, bem como de ratificação dos ideais liberais. A escolarização das pessoas com deficiência intelectual nesse sentido se deu de forma exclusiva para aqueles que representassem uma possibilidade de retorno lucrativo para o Estado brasileiro, ficando aqueles que não conseguissem apresentar desenvolvimento satisfatório vistos como anormais incapazes (JANNUZZI, 2012). Pautado nos estudos de Binet, para a identificação de pessoas com deficiência intelectual por meio de uma escala, esse processo

“representou uma clivagem nova baseada nos critérios de aproveitamento escolar estabelecidos pelos autores da escala de inteligência” (JANNUZZI, 2012, p. 44).

Já na década de 30, ampliava-se o entendimento de que era necessário oportunizar funções sociais para as pessoas vistas como integrantes dos grupos da “anormalidade”, porém capazes de (re)adaptações (JANNUZZI, 2012). Mais uma vez houve uma seleção das pessoas com deficiência que seriam beneficiadas com as oportunidades de aprendizado escolar e também profissional. Entretanto, os postulados da Jannuzzi (2012) e Saviani (2019) nos mostram que os crescentes movimentos populares que oriundos de toda ebulição social que pairava no país, além de pressionarem o governo pela incapacidade de extinção do analfabetismo, também contribuíram com campanhas que defendiam as causas da deficiência.

A partir dessa pressão popular e dos interesses liberais, surgem as primeiras instituições filantrópicas do Brasil republicano especializadas na deficiência (JANNUZZI, 2012), entre elas: a primeira Sociedade Pestalozzi, fundada em 1932, no estado de Minas Gerais, e que teve como sua pioneira Helena Antipoff, tendo como foco atuar com crianças “desajustamento de conduta e incapacidade de aprendizagem” (FENNAPESTALLOZI, 2021, p.1); segue-se, entre outros marcos, a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em 1954, no Rio de Janeiro, especializada no atendimento da deficiência intelectual (JANNUZZI, 2012); já como exemplo significativo governamental, trouxemos como exemplo a criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, em 1973, primeiro órgão brasileiro a tratar da política educacional para pessoas com deficiência.

Chamamos a atenção quanto ao fato de que, apesar dessa movimentação governamental e da sociedade civil, nesse período inicial do século XX, não se concretizou no Brasil uma política de universalização e inclusão educacional para as pessoas com deficiência, permanecendo a concepção de políticas especiais para tratar da educação de alunos com deficiência” (BRASIL, 2010, p. 11). Apesar disso, podemos deduzir que os indícios de possibilidade de escolarização das pessoas com deficiência intelectual começam a se abranger para além de espaços exclusivamente médicos e sanitárias, por interesses diversos, ora convergindo e ora divergindo com as demandas das pessoas com deficiência e/ou com os interesses da elite dominante liberal.

Já com a efervescência da (re)democratização do país, entre os anos 1980 e 1990, proliferam-se ao longo do país o fenômeno que denominamos em nossa pesquisa originária como sendo “os gritos pedagógicos inclusivos” (RODRIGUES,



2022, p. 40). Entre os marcos históricos desse período mencionamos, a partir de Jannuzzi (2012), o papel da Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, instituição que, já no ano de 1988, buscou planejar e implantar “serviços complementares, salas de recursos, salas de apoio pedagógico [...] a fim de garantir-lhes a permanência (JANNUZZI, 2012, p. 157).

Considerando que o Brasil desde os anos 1980 incorporou à sua legislação acordos internacionais celebrados entre os signatários da Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura – UNESCO, podemos constatar que o interesse político-econômico foi primordial, porém não exclusivo, para que as demandas das pessoas com deficiência, sobretudo em relação à educação, pudessem ser ouvidas e levadas em consideração tendo em vista que entre os acordos compete ao Brasil promover condições plenas para o desenvolvimento das potencialidades de todos os seres humanos” (CIBEC/MEC, 2010, p.1).

Todo esse processo de pressão e interesses é manifestado explicitamente na Declaração de Salamanca<sup>5</sup>, que ao ser assinada em 1994, visou o máximo desenvolvimento das pessoas com deficiência, sob a égide do neoliberalismo (JANNUZZI, 2019; PLETSCHE, 2020). Para isso, orientou os países membros para uma total reestruturação do sistema de ensino comum, destacando a necessidade da inserção do público da educação especial nas turmas e salas de aulas regulares, preferencialmente pautando o olhar na reestruturação dos recursos humanos e estruturais das escolas, bem como nas mediações docentes.

É nesse sentido que analisamos de forma crítica os eventos que irão culminar na implementação da Política Nacional de Educação Especial do Brasil, no ano de 1994 (BRASIL, 1994), da qual as pessoas com deficiência intelectual, passam a ter garantido o direito de estarem não só incluídas nas salas de aula comuns, mas também, de acesso ao conhecimento que nestas salas de aula é desenvolvido. Entretanto, mesmo sob a vigência das leis voltadas a Inclusão (BRASIL, 2008; 2015) a recorrência de práticas pedagógicas excludentes em relação às pessoas com deficiência intelectual vem sendo denunciada por vários pesquisadores sociais desse campo de estudo (VIGOTSKI, 1991; PADILHA, 2001; BATISTA; MANTOAN, 2007; CARNEIRO, 2007; SALUSTIANO; FIGUEIREDO; FERNANDES, 2007; GOMES;

---

5 Trata-se de um documento assinado entre os signatários da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, em junho de 1994 (BRASIL, 1994).



POULIN; FIGUEIREDO, 2010; VERDE; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; JANNUZZI, 2012; MENEZES, 2015; LEITE, 2016; FREITAS, 2018; RODRIGUES, 2023).

Contudo, os inegáveis avanços decorrentes dos gritos inclusivos que mencionamos, sobretudo, como bem afirma Pletsch (2020, p.62) “amparados nas diretrizes legais sobre os direitos educacionais e sociais de pessoas com deficiências”, vêm também possibilitando indícios de práticas exitosas do ponto de vista da inclusão intelectual e social das PcDI, de forma especial, desenvolvidas por meio de mediações docente no âmbito atendimento educacional especializado, serviço educacional, atualmente, diretamente vinculado à política de educação especial na perspectiva inclusiva (BATISTA; MANTOAN, 2007; CARNEIRO, 2007; SALUSTIANO; FIGUEIREDO; FERNANDES, 2007; GOMES; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; VERDE; POULIN; FIGUEIREDO, 2010; MENEZES, 2015; LEITE, 2016; FREITAS, 2018; RODRIGUES, 2023).

## **METODOLOGIA**

---

Como já mencionado acima o presente artigo se trata de uma síntese crítica acerca do percurso sócio-histórico e econômico que relaciona contextos mais genéricos da historicidade brasileira e de sua educação com a deficiência intelectual por intermédio de recortes específicos de um diálogo entre os contextos mais genéricos da história da educação brasileira com as movimentações em prol das causas da pessoa com deficiência em nosso país. Buscamos atingir o nosso objetivo por meio de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) que contou com autores reconhecidos no campo da historicidade brasileira, a exemplo de Ponce (2001), Fausto (2006) e Napolitano (2016).

Já no campo mais específico da historicidade da educação brasileira trouxemos como aporte teórico, especialmente Germano (1994) e Saviani (2019). Enquanto que sobre os aspectos históricos e filosóficos da educação especial, apoiamos-nos, sobretudo em Jannuzzi (2012), mas também nos atemos as contribuições dos estudos histórico-culturais por meio de Vigotski (1991), e também de outros pesquisadores para relacionarmos os contextos sócio-históricos aos indícios de in(ex)clusão intelectual e social das PcDI, como por exemplo, Padilha, (2001), Batista e Mantoan (2007), Carneiro (2007), Salustiano, Figueiredo e Fernandes (2007), Gomes, Poulin e Figueiredo (2010), Verde, Poulin e Figueiredo (2010), Menezes (2015), Leite (2016), Freitas (2018), Pletsch (2020) e Rodrigues (2023).

Pautamo-nos também nos textos legais em busca de relacionarmos os eventos e interesses da sociedade brasileira com a implementação dessas leis, ao mesmo tempo, analisamos os efeitos que as mesmas obtiveram na prática. Nesse sentido, ativemo-nos à CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (BRASIL, 1988), na lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Por se tratar de uma pesquisa que originalmente investigou mediações pedagógicas realizadas em eventos e práticas de letramento desenvolvidos para à aquisição e desenvolvimento da leitura com/por pessoas com deficiência intelectual no âmbito do AEE. A o aprofundamento teórico por meio da análise dos recortes que realizamos a partir dos autores referenciados foram de fundamental importância para uma melhor compreensão do campo que estávamos imergindo bem como do nosso objeto de estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

A partir dos referenciais apresentados, obtivemos um levantamento necessário que nos permitiu ampliar a nossa percepção acerca do complexo processo que se dá em torno da in(ex)clusão intelectual e social das pessoas com deficiência intelectual nas escolas comuns. A análise teórico-crítica que realizamos a partir dos autores referenciados acima nos possibilitou compreender que se faz necessário observar as práticas pedagógicas para além delas mesmas. Consideramos que por trás dessas práticas existem interesses que se comportam para determinados grupos que ora convergem e ora divergem.

Tratando diretamente da escolarização das PcDI, pudemos observar que as primeiras manifestações de interesse por parte do Estado brasileiro em inserí-las no processo educativo são oriundas tanto pela influência dos acordos internacionais, atuando diretamente sobre os interesses da elite dominante brasileira - sobretudo quando esta percebeu que deveria e poderia controlar os minorias por meio da educação, bem como também, explorar a sua mão de obra - mas, também, a partir de efervescência de movimentos sociais em prol das causas da deficiência, algo que ficou muito claro nos postulados de Jannuzzi (2012).

Ao mesmo tempo, é possível perceber que a presença recorrente de estereótipos negativos e preconceituosos acerca das capacidades das PcDI está vinculada às concepções higienistas e produtivistas propagadas, principalmente, entre os séculos XVII e XVIII no Brasil, mas que perpassaram até a nossa contemporaneidade. Fenômeno que nos faz compreender melhor a presença de algumas falas e práticas pedagógicas que negam o direito à inclusão intelectual e social das pessoas com deficiência intelectual.

Também foi possível observar que as primeiras iniciativas de desenvolvimento intelectual das PcDI se deram em instituições específicas para o acompanhamento dessas pessoas, especialmente geridas sob a perspectiva médica e, com o passar do tempo, apoiada por pedagogos e psicólogos, o que nos permitiu compreender a prevalescência dos aspectos orgânicos quando se trata do aprendizado das PcDI. Por último, ficou ainda mais claro observar que é recente no Brasil o processo de inclusão desse grupo social nas salas de aulas comuns.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Diante do exposto, consideramos que conseguimos realizar, ainda que de forma sintética, contextos sócio-históricos e econômicos da sociedade brasileira, de modo especial relativos ao processo de massificação escolar, que tiveram e/ou têm influenciado no processo de in(ex)clusão intelectual e escolar das pessoas com deficiência intelectual. Constatando resquícios oriundos do capacitismo e de teorias racistas disseminadas no Brasil desde a chegada dos portugueses no século XVI, ratificamos a, ainda presente, recorrência de práticas excludentes nas salas de aula brasileira relativas às pessoas com deficiência intelectual. Porém, sob a égide dos interesses tanto do (neo)liberalismo quanto da pressão dos movimentos sociais em prol das causas da deficiência, gritos inclusivos vêm se propagando no país ao longo desse processo sócio-histórico e econômico.

Movimentos complexos, mas que se entrelaçam como fatores que contribuíram com a Implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Consideramos ainda que a presente análise crítica poderá servir como uma das referências que podem contribuir nesse processo de resignificação e mudanças no campo da educação especial, ao mesmo tempo em que esclarecemos que tanto o presente manuscrito quanto a dissertação que o

originou não são suficientes para atingir a todas as situações que compreendem a in(ex)clusão intelectual e escolar das pessoas com deficiência intelectual.

Contudo, representam mais um olhar, apreciado por pares, que validam a sua contribuição acadêmica e social. Por esse motivo, entendemos e almejamos que os nossos resultados estimulem e sirvam de referencial teórico inicial para pesquisas posteriores sobre esse tema, bem como aporte para elaboração de políticas públicas educacionais que se voltem a inclusão das pessoas com deficiência intelectual.

## **REFERÊNCIAS**

---

AAIDD. Deficiência Intelectual. IN. **Definição de Critérios para Deficiência Intelectual**. Disponível em: <https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>. Acesso em: 15 de jul. de 2023. (Página Traduzida Automaticamente pelo navegador Google).

BASTISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, maria Teresa Eglér Mantoan. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. In: GOMES, Adriana Limaverde; et al. **Atendimento Educacional Especializado**. Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Capítulo I. p. 13-39. São Paulo: MEC/SEEP,2007.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília/DF. 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB**. Brasília/DF. 1996. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Brasília-DF. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducospecial.pdf> . Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Brasília-DF. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 13 jul. 2023.

\_\_\_\_\_. **Catálogo de Teses e Dissertações.** CAPES. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARNEIRO, M. S. C. Vigotski, a abordagem histórico-cultural e os estudos da defectologia: outras possibilidades de compreensão da constituição do sujeito. In:\_\_\_\_\_. **Deficiência mental como produção social: uma discussão a partir de histórias de vida de adultos com síndrome de Down.** 2007. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 29-49. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10829/000601510.pdf?> Acesso em: 10 mai. 2022.

CIBEC/MEC. **Revista da Educação Especial.** Secretaria de educação especial. V. 5. N.2, (jan/jul), Brasília, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 12ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. "n.p" (não paginado).

FENNAPESTALLOZI. **NOSSOS PATRONOS.** Disponível em: <http://www.fenapestalozzi.org.br/>. Acesso em 1 set. 2021.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 38ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro, paz e Terra, 2006. 150 p.

FREITAS, MARCIA CRISTINA MENDES DE. **PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL OU DEFICIT COGNITIVO UTILIZANDO O ESPAÇO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS'** 27/06/2018

164 f. Mestrado Profissional em PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA Instituição de Ensino: COLÉGIO PEDRO II, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA SETORIAL PROFESSORA SILVIA BECHER. Disponível em: [https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=6770983](https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6770983). Acesso em: 3 dez. 2021.

GERMANO, José Willington. **ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985)**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1994. 300 p.

GIL, Antonio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 6ª edição. São Paulo: EDITORA ATLAS. 2008. PP. 8-25. 200 p.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde; POULIN, Jean-Robert; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Coleção: A Educação na Perspectiva da Inclusão Escolar. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial; Universidade Federal do Ceará, 2010. 102 p.

JANNUZZI, Gilberta S de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Coleção Educação Contemporânea. 3ª ed. Revisada. Campinas/SP. Autores Associados, 2012. 211.p

JÚNIOR. Caio Prado. **HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL**. 26ª edição. São Paulo: editora Brasiliense. 1970. "n.p" (não paginado).

LEITE, CANDIDA MANUELA SELAU. **"O que a gente vai fazer hoje?". Evidências de letramento em atendimento educacional especializado de alunas com diagnóstico de deficiência intelectual**. 26/02/2016 100 f. Mestrado em LINGÜÍSTICA APLICADA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, São Leopoldo Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Unisinos. Disponível em: [https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3706903](https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3706903). Acesso em: 3 dez. 2021.

MENEZES, MARIA APARECIDA ALVES. **LETRAMENTO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONSTRUINDO PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL**



II'. 30/07/2015 89 f. Mestrado Profissional em LETRAS Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, Natal Biblioteca

Depositária: Biblioteca Central da Universidade UFS. Disponível em: [https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3026403](https://sucupira.CAPES.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3026403). Acesso em: 6 set. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao Fim do Estado Novo**. Coleção 1: História na Universidade. São Paulo: Contexto, 2016.176 p.

PADILHA, A. M. L. A constituição do sujeito simbólico: para além dos limites impostos pela deficiência mental. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO ANPED**, 24. 2001. Anais. Caxambu, 2001.p. 1-16. Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1523t.pdf> Acesso, 13 mar. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira. IN. **Momento: diálogos em educação**. V. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 30 jul. 2022.

PONCE, Aníbal. **EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES**. 18ª edição. São Paulo: editora Cortez. Tradução José Severo de Carmago Pereira do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo – USP. 2001. 196 p.

RODRIGUES. Haveskill François Alves. **POR QUE NINGUÉM ME ENSINA A LER? Eventos e práticas de letramentos no AEE em dissertações do Catálogo CAPES**. 2022.199 f. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande – PPGEd/UFCG. Disponível em: [http://www.ppged.ufcg.edu.br/index.php/Disserta%C3%A7%C3%B5es\\_2022\\*](http://www.ppged.ufcg.edu.br/index.php/Disserta%C3%A7%C3%B5es_2022*) Acesso em: 12\_ago. 2023.

SALUSTIANO, Dorivaldo Alves; FIGUEIREDO, Rita Vieira de; FERNANDES, Anna Costa Fernandes. Mediações da aprendizagem da língua escrita por alunos com eficiência mental. In: **Atendimento Educacional Especializado**. Formação continuada

a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Capítulo III. p. 71-81. São Paulo: MEC/SEEP, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 5ª edição. Campinas – SP: Autores Associados. 2019. 471 p.

STREET, Brian. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. 1ª edição. São Paulo: Parábola. 2014. Tradução: Marcos Bagno. 240 p.

VERDE, Adriana de Lima; POULIN, Jean Roberto; FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **O Funcionamento cognitivo do aluno com deficiência intelectual**. In. Atendimento Educacional Especializado do Aluno com Deficiência Intelectual. Capítulos III e IV p. 47-90. São Paulo. Moderna. 2010.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **PROBLEMAS DA DEFECTOLOGIA**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.